

ATA da Reunião Ordinária Online do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEAMA realizada virtualmente em 12 de agosto de 2025 na plataforma google-meet

Às 13.30 horas do dia 12 de agosto de 2025, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão – CONSEA/MA, iniciou sua reunião ordinária mensal de forma virtual na sala própria (<https://meet.google.com/hdr-vahn-ygs>), porque o auditório do CSU-Vinhais estava em obras. Participaram desta reunião de forma virtual, as/os conselheiras/os: **ASP-MA** - Jean Marie A. E. Van Damme (T e Presidente) e Maria José Pereira (S); **AMIMA** - Wagner Crowareh Krikati (T) e Haidzmora Cintia Santana Guajajara (S); **AEMP** - Janete Araújo Amorim (T); **Ação da Cidadania** – Maria José Pereira (T) e Márcia Regina Cutrim de Carvalho (S); **ASA-MA** - Edna Maria Alves Rodrigues Sousa (T); **TIJUPÁ** - Antônio Carlos Bonfim Pereira (T); **CNBB** - Maria das Graças Araújo Santos (T); **CMTR** - Antônia Luana Macedo Moraes (T); **CMP** - Darlúcia Silva de Sá (S); **Clube de Mães de Pindoba** - Maria da Conceição de Almeida Ferreira Patrício (T e Secretária Geral); **CENTRO NEGRO COSME** - Maria do Rosário Silva Rodrigues (T); **CEBs** – Audecy Maria Rodrigues Ferreira (T); **CEPRODC** - Francisco das Chagas Sousa (T); **IASD** - Kurt Clajus Oliveira (T); **SINDSEP** - Francisco José Farias Diniz (T); **SEDES** - Luís Fernando Amorim Pereira (T e Secretário Executivo); **SAF** - Ana Cleide Teixeira Barros (T); **SEIR** - Sebastião Cardoso Júnior (T); **SEDIHPOP** - Gilvan Alves (S); **MDA** – Vicente Carlos de Mesquita Neto (S); **CONAB** - Francisco José Cysne Aderaldo (T). Diana da Silva Monteiro e Suzana Borba (SEEDUC) justificaram sua ausência. Ainda participaram a secretária adjunta Lourvídia Caldas (SASAN), Marília Bohnen (MDS), Mariana (MDS), Rafaella Correa (SASAN, Fabiolla Diniz (SASAN) Carlos Mendes (PAA-Leite), Thaná, Cleiton, Jeane, Lemuel Gonçalves; Alexandrina Aguiar e Luana Carolina, secretárias do CONSEA e João Lima, presidente do COMSEA de Pedro de Rosário. Na pauta constavam os seguintes itens: Informes de entidades e secretarias; Informe da Mesa Diretora (Consea Nacional e CPCE); Informe FMSAN; Modificações de agenda CONSEA-MA; Conferência 6<sup>a</sup>+4 (Listagem das COMSANS realizadas; Relatórios recebidos; COMSANS programadas; Planos recebidos; Encaminhamentos 6<sup>a</sup>+4); Programa Alimenta Cidades (Apresentação do Programa; Encontro Nacional em Belo Horizonte); Balanço das Cozinhas Solidárias no Maranhão (Rafaella Correa); Monitoramento (Relatório de viagem) (Janete e Aldecy); Monitoramento execução 3<sup>o</sup> PLANESAN (Comissão SISAN); Outras Comissões; Panorâmica do SISAN no Maranhão (Plataforma ADESAN); (Jean Marie); PAA: aprovação dos projetos e pagamentos (SAF, CONAB e Leite); Maranhão Livre da Fome: Relato sobre entregas dos cartões (SEDES); Apreciação da ata do mês de julho; Outros assuntos pertinentes. A sala virtual foi aberta antes das 13.30 h para permitir o acesso à(o)s participantes. Com a presença do quorum regimental, às 13.55 h, o presidente, Jean Marie Van Damme deu as boas-vindas e apresentou a extensa pauta.

**1. Programa Cozinhas Solidárias.** Passou logo a palavra a Marília Bohnen, coordenadora das Cozinhas Solidárias no MDS, que de Brasília atendeu ao pedido do CONSEA e apresentou o Programa Cozinhas Solidárias. Estas cozinhas se diferenciam das Comunitárias, por serem de iniciativa da sociedade civil, de comunidades. O apoio do inistério às cozinhas solidárias se dá através de três modalidades. Uma primeira modalidade é através de subsídio financeiro para

CONSEA-MA – R.O.  
Ata 2025.08.12 – Pág. 1

custeio. As cozinhas têm certa liberdade para a utilização destes recursos. Este recurso vai chegar à comunidade através de uma entidade gestora, que geralmente apresentam uma capacidade de gestão maior do que pequenas entidades. A entidade gestora precisa entregar um plano de trabalho, no qual se responsabiliza de pelo menos 10 cozinhas. Neste plano indica quantas refeições em determinado espaço de tempo garantirá. O edital de 2024 está em execução e está sendo aguardado o edital de 2025. A segunda modalidade consiste no fornecimento de alimentos através do PAA. A ideia é de juntar os dois programas – Cozinhas Solidárias com PAA. Estas cozinhas estarão portanto aptas a receber alimentos do PAA como beneficiária ou entidade receptora de alimentos. A terceira modalidade é contribuir com a formação de colaboradores, na perspectiva de geração de trabalho e renda ou na capacitação de voluntárias. Esta modalidade começou apenas no mês de julho e vai iniciar com alguns projetos pilotos. Existe um sistema denominada de SIGPCS. A cozinha vai se cadastrar e anexar documentos que serão analisados. As informações incluem endereço de funcionamento, público atendido, número de refeições fornecido e outras. Passado por este processo e aprovado, a cozinha poderá receber apoio de uma das três modalidades citadas. Neste momento, tem doze cozinhas habilitadas no Estado do Maranhão. Destes doze, sete recebem recursos. Uma delas é vinculada à entidade NPA MAPA NAVE, um movimento camponês popular. As demais estão vinculadas à Associação Juventude Camponesa Nordestina. Esta entidade ficou durante um período sua habilitação bloqueada, após uma denúncia. Mas o problema foi resolvido depois e o pagamento foi retomado. As sete cozinhas se situam em Boa Vista do Gurupi, Imperatriz, Itapecuru-Mirim e quatro em São Luís. Após esta breve explicação, o presidente franqueou a palavra para os conselheiros. Concita da Pindoba perguntou como estava sendo feito o monitoramento destas cozinhas, dúvida que foi formulada na CPCE e no próprio CONSEA.. Ponderou que até o presente momento não chegou ao CONSEA nenhum ofício solicitando um parecer ou acompanhamento. Precisava chegar a nosso Conselho ou a outro. Lhe parecia que foi falado que se a empresa não fosse daqui, deveriam receber acompanhamento de outro Conselho. Mas achou errado, uma vez que a cozinha mesma estava sendo instalada no Estado. Até hoje, no entanto, nenhuma informação ou solicitação tem chegado até o CONSEA do Maranhão. Recentemente, o CONSEA foi quase que compelido a participar da inauguração de um cozinha, com a presença do presidente da CONAB. Não contestava este fato em si, mas achava que o CONSEA deveria ter sido convidada pela entidade gestora com informações sobre seu funcionamento em solo maranhense. Só foi recebido um convite de participação da inauguração de forma atropelada. E finalizou perguntando se o CONSEA tinha alguma função no monitoramento, enquanto equipamento de segurança alimentar, mesmo que de caráter particular, ou o monitoramento ficava exclusivamente a cargo da entidade gerenciador. Vicente perguntou se tinha dados sobre o potencial de atendimento das cozinhas listadas, número de refeições e como estava sendo feito o atendimento. Marília na última reunião da CPCE já foi questionado o papel do CONSEA no monitoramento das cozinhas solidárias, mas o presidente do Maranhão e Concita já tinham viajado quando foi dada a resposta. A comprovação do funcionamento das cozinhas pode ser feita pelos conselhos municipal ou estadual de SAN. Na Portaria constá que a cozinha tem que comprovar o seu funcionamento, mas há diversas formas de fazer esta comprovação. Os conselhos são muitas vezes sobrecarregados, encontram limitações na sua atuação, por isso foram incluídas também outras possibilidades. Trata-se de equipamentos de SAN, são públicos e os conselhos são, com certeza, parceiros, mas nenhuma obrigação pesa sobre eles. As entidades gestoras não determinam nada. O Ministério faz o seu monitoramento e os CONSEAs têm liberdade de fazer o seu monitoramento. Pela CPCE foi sugerido manter um diálogo melhor com os CONSEAs e discutir o papel e a contribuições destes conselhos no programa. O programa ainda está sendo construído em conjunto. Se o CONSEA constatar alguma irregularidade, pode acionar o Ministério. No questionário, uma das perguntas é quantas refeições a cozinha oferece por dia de trabalho. Pode haver variações e estes dados estão disponíveis. Os dados constam num documento que é autodeclaratório, mas a cozinha deve comprovar a sua oferta. Alexandrina pediu a palavra para esclarecer que o ofício enviada para a Coordenação di Alimenta Brasil foi para tratar das cozinhas. Não tinha percebendo

CONSEA-MA – R.O.

Ata 2025.08.12 – Pág. 2

que havia os dois assuntos pautados na programação. Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, o presidente passou a palavra para Mariana que expôs sobre o Alimenta Brasil. **2. Estratégia Alimenta Brasil.** Mariana utilizou-se de um PowerPoint para ilustrar sua apresentação. No Maranhão, só a capital São Luís faz parte dessa estratégia. A estratégia tem que ser entendida dentro de um contexto brasileiro, onde 87% da população vive em áreas urbanas. 16 milhões de pessoas vivem em áreas faveladas (8% da população). 61,4% dos adultos que moram nas capitais apresentam sobrepeso e 24,3% convivem com obesidade. 47% da população está inscrita no CadÚnico, 805% em áreas urbanas. Os ambientes alimentares urbanos são obesogênicos, especialmente em bairros periféricos. Moradores de periferias morrem 15x mais por eventos climáticos extremos. Áreas urbanas são as mais afetadas pelas mudanças climáticas. Os circuitos de produção e distribuição de alimentos são longos e complexos. 57% da população reside em apenas 319 municípios (concentração em municípios com mais de 100 mil habitantes).. Das 8,7 milhões de pessoas em IA grave, mais de 7 milhões vivem nas cidades (cf. EBIA 2023).. A fome (INSAN grave) está mais presente nas Regiões Norte (7,7%) e Nordeste (6,2%), em famílias lideradas por mulheres pretas ou pardas e em lares com crianças. O objetivo da Estratégia é de ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizados os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social. A Estratégia abre um novo ciclo de políticas públicas de combate à fome com comida de verdade, com enfrentamento desafios de da agenda alimentar urbana. As principais normativas são o Decreto nº 11.822/2023; as Portarias de convocação das cidades e a Portaria RUAS, ainda em elaboração. O público-alvo, por orientação do Decreto, são todas as cidades brasileiras, mas com 60 cidades prioritárias, para apoio técnico e institucional do Governo Federal. São I - municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com mais de 300 mil habitantes; II - todas as capitais brasileiras; e III - municípios das regiões Sul e Sudeste com mais de 300 mil habitantes e que estejam entre os vinte municípios destas regiões com a maior quantidade de população em situação de rua. No Maranhão, apenas São Luís está incluído neste ranking. A Estratégia é formulada em torno de oito eixos: I - Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional (Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Cozinha Solidária; Qualificação de EqSAN); II - Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de abastecimento (Políticas de Abastecimento Alimentar; Formação de grupos de produtores para fortalecer as compras públicas da Agricultura Familiar); III - Promoção de ambientes alimentares urbanos que favoreçam a alimentação adequada e saudável (Ambiente escolar; Ambientes digitais; Ambientes domésticos); IV - Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno (Agricultura Urbana e Periurbana: Sisteminha, UPR, Formação, Edital de Experiências...); V - Redução das perdas e dos desperdícios de alimentos (Modernização de BA; Revisão da Estratégia Nacional de PDA e apoio em planos locais; Ferramentas digitais); VI - Educação alimentar e nutricional, comunicação e informação sobre alimentação adequada e saudável (Plataforma digital de EAN, Estratégia PAAS, Juventudes, Cultura alimenta); VII - Articulação intersetorial entre as áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e saúde, entre outras (Implementação da Portaria MDS/MS 25/2023 com Integração SUS-SUAS-SISAN); VIII - Apoio à Rede Urbana de Alimentação Saudável, como mecanismo de mobilização, governança intersetorial e intergovernamental (Fortalecimento do SISAN; Formação e qualificação contínua e cooperação horizontal. É preciso chegar aos desertos alimentares, áreas geográficas nas quais a disponibilidade e a acessibilidade aos alimentos saudáveis são limitadas em 0 a 5 estabelecimentos que ofertam alimentos saudáveis em até 15 minutos de caminhada para cada 1 mil habitantes. E aos pântanos alimentares, áreas geográficas onde há uma abundância de estabelecimentos que oferecem opções alimentares não saudáveis, como os alimentos ultraprocessados. Ou seja, 15 estabelecimentos não saudáveis acessíveis em até 15 minutos de caminhada para cada 1 mil habitantes. É preciso mapear estas áreas para poder apoiar a ação pública no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de acesso, de abastecimento e de consumo de alimentos adequados e saudáveis nos

CONSEA-MA – R.O.  
Ata 2025.08.12 – Pág. 3

territórios mais vulnerabilizados das cidades brasileiras. O Programa Mais entregas prevê apoio técnico (MDS e IcdA); atividades formativas (Reuniões e Webinários); atos normativos materiais técnicos e de apoio: FAQ com perguntas e respostas; Manual de implementação; Instrutivo de ações para Portaria MDS/MS nº25; Folder para identificação da insegurança alimentar (TRIA); Guia para inserir AUP nas agendas municipais; e em breve o Relatório Diagnóstico Situacional (de 60 cidades, inclusive de São Luís, que pode ser disponibilizado) e Relatório do Estudo de Desertos e Pântanos (91 cidades). (disponíveis em [redus.org.br/alimenta-cidades/biblioteca](http://redus.org.br/alimenta-cidades/biblioteca)). O III Encontro de Belo Horizonte, nos dias 22 e 24 de setembro, ainda não tem a sua programação fechada, mas tem por objetivo apresentar às cidades a implementação da Estratégia na cidade de Belo Horizonte. Depois dessa sucinta, mas rica apresentação, o presidente a palavra para Rafaella fazer as suas complementações sobre a rota de implementação da Estratégia na cidade de São Luís. Na semana anterior houve uma última reunião com São Luís para definir a rota da Estratégia na cidade. Inicia com um diagnóstico, inclusive de olho nos eventos causados pelas mudanças climáticas e nas fragilidades e potencialidades da cidade. A partir deste diagnóstico, foi realizada uma oficina onde este diagnóstico será apresentado. Rafaella apresentou a rota de São Luís em PowerPoint. Foram apresentadas as ações do Governo Federal, assim como analisado PLAMSAN, porque sem orçamento nenhuma política se sustenta. Na oficina foram identificados os principais desafios. Na gestão e governança foram citados: as dificuldades na execução contínua das políticas públicas de SAN e as ações de longo prazo; a frágil implementação do SISAN, com um PLAMSAM desatualizada e a ausência de um Fundo Municipal; a fragilidade da CAISAN e insuficiência estrutural do COMSEA. Quanto a infraestrutura e agricultura detectou-se: a falta de apoio à agricultura familiar; o desperdício de alimentos ao longo da cadeia produtiva e falta de abastecimento do mercado interno com produtos locais. Sobre meio ambiente, saneamento e saúde constatou-se: a falta de saneamento básico; a dificuldade de monitoramento nutricional e alimentar, agravada pela falta de dados e pela baixa autodeclaração das populações vulneráveis. São Luís tem até uma secretária (SEMSA) com um quadro de técnicos, porém não entendeu ainda a intersetorialidade da política. Pelo governo federal são ofertadas o apoio às cozinhas solidárias, como já apresentado pela Marília, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). São Luís vai ser cidade-âncora deste Programa, e servir como referência para outras cidades satélites. Será um Projeto Piloto com participação com a UFGV. Já foram realizadas vários momentos formativos virtuais e no próximo encontro formativo participarão ainda a cidade de Belém e Cedral. Até o presente momento, Cedral foi o único município que demonstrou interesse em participar. Além disso, foi falado muito sobre a integração SUS-SUAS-SISAN (veh=ja a Portaria 25/2025) e a regulamentação do ambiente escolar (incluindo rede pública e escolas particulares). São três eixos a serem tratados nos ambientes escolares: Educação Alimentar e Nutricional de forma permanente (EAN), combatendo p.ex. o desperdício de alimentos; combate à publicidade de alimentos superindustrializados e seu uso nas escolas e a promoção exclusiva da alimentação saudável nas escolas. Numa Matriz de priorização são apresentadas as ações de SAN no Município de São Luís, a partir de critérios como: a importância da ação (o quanto esta ação é relevante para resolver um problema ou o alcance de um objetivo estratégico); a sua urgência (se é algo que precisa ser feito em curto prazo); seu impacto (o quanto essa ação gera transformação positiva); o esforço necessário (quanto essa ação exige de trabalho, dedicação, tempo e articulação); seu custo (quais são os recursos necessários em dinheiro, em equipes, em estrutura, e tecnologia, a fim de implementar a ação); a sua relação com a agenda governamental (a ação prevista no plano de governo, no PPA e no Plano Municipal de SAN); seu alcance (quantas pessoas serão beneficiadas e o quanto a ação terá visibilidade, reconhecimento e retorno social). A partir destes critérios foi construído um ranking de ações. Uma primeira ação - a agricultura urbana e periurbana, com a implantação de hortas urbanas, periurbanas e escolares, com base na agroecologia e inclusão socioprodutiva da população em situação de rua, recebeu pontuação de 10,71. A segunda ação (pontuação 9,57) foi a Implementação da Lei Municipal de AUP. Terceiro (13,40) Abastecimento com criação de um programa de aquisição de alimentos (PAA) municipal. Em quarto lugar (14,00 pontos):

CONSEA-MA – R.O.

Ata 2025.08.12 – Pág. 4

Trabalhar a intersectorialidade, a interação efetiva entre os sistemas SUS-SUAS-SISAN, com base em dados compartilhados e ações articuladas e a criação de protocolos de atendimento e fluxo de dados integrados entre as áreas da saúde. Quinto (12,40 pontos): Garantir infraestrutura e tecnologias adequadas para o processamento de alimentos e redução de perdas. E em sexto lugar (13,70 pontos): Implementação de ações específicas para crianças com seletividade alimentar e pessoas com deficiência (PCD), e sua inclusão no âmbito da EAN e da SAN. Fez referência à feirinha solidária, que acontece há vários anos em São Luís. No final das feiras tem a xepa, quando os alimentos ficam mais baratos para evitar perdas. É neste momento que a economia se faz presente. A feirinha coleta, higieniza e recupera alimentos ainda consumíveis. Funciona de forma diferente do Banco de Alimentos ou da Mesa Brasil do SESC. Tem bastante doadores mas faltam receptoras, instituições como creches, entidades da rede socioassistencial. Concita da Pindoba pediu a palavra para comentar que Rafaella sempre encaminha as notícias o Município de São Luís é muito devagar na implantação do SISAN, de tal forma que dificilmente será contemplado com o Selo Betinho. Mariana expressou sua satisfação sobre em poder escutar reações positivas sobre a implantação da Estratégia e anunciou uma possível visita da sua equipe a São Luís no início de setembro. João Maria agradeceu os palestrantes, elogiou o empenho da Rafa e da Concita e comentou a importância de ter mais avanços na cidade de São Luís, nas suas periferias pobres, onde predominam as redes de supermercados que vendem alimentos superindustrializados, que por serem mais baratos, cabem no bolso da população mais pobre em detrimento dos alimentos mais saudáveis. Lembrou que no Estado há uma legislação estadual proibindo a venda de superindustrializados nas escolas. O monitoramento da alimentação nas escolas do Estado está colocado no rol de aspectos a serem monitorados nos municípios, como vão ser também as cozinhas solidárias. Já está comprovado que os Restaurantes Populares não resolvem a questão da subnutrição nas áreas periféricas. A seguir, o presidente anunciou o próximo ponto da pauta. **3. Balanço sobre o Programa Maranhão Livre da Fome.** Lembrou que ao ser apresentado ao CONSEA, foi solicitado que fosse acompanhado pelo Conselho. Neste momento, então, era importante os conselheiros receberem este retorno: como estava avançando, quais municípios já foram contemplados e como estava a adesão destes ao SISAN. Tinha a impressão, pelos números que teve acesso, que cerca de 10% da população-alvo já estava sendo atingido. Ressaltou a importância dos próprios conselhos municipais participarem do acompanhamento da execução do Programa. Passou, então, a palavra a Luís Carlos Borralho, que mediante um PowerPoint fez a sua apresentação. Luís Carlos responde pela pasta da Assistência Social na SEDES, onde o programa está sendo executado. Iniciou apresentando o cenário e o público-alvo. LEI Nº 12.502, DE 13 DE MARÇO DE 2025 Art. 1º - Fica instituído o Programa Maranhão Livre da Fome, destinado a fornecer suporte alimentar, por meio da disponibilização de cartão vinculado ao programa com depósito de crédito mensais, às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que mesmo após o recebimento deste benefício, não ultrapassem renda familiar per capita mensal de R\$ 218,00

A LEI Nº 12.502, DE 13 DE MARÇO DE 2025, no Art. 1º determina: "Fica instituído o Programa Maranhão Livre da Fome, destinado a fornecer suporte alimentar, por meio da disponibilização de cartão vinculado ao programa com depósito de crédito mensais, às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que mesmo após o recebimento deste benefício, não ultrapassem renda familiar per capita mensal de R\$ 218,00". Exemplificou que uma família de dois adultos, dois adolescentes e uma criança (de 3 anos) com renda declarada de R\$ 200,00, com Bolsa Família de R\$ 650,00 Bolsa Família e subsídio para Primeira Infância de R\$ 150,00, cuja renda total, portanto, seria de R\$ 1.000,00e seu per capita (R\$ 1.000,00/5) de R\$ 200,00, esta família é habilitada a receber recursos do Programa, por ter renda menor que R\$ 218,00 por pessoa. São 94.833 beneficiárias (famílias) pré-eleitos, que receberão um cartão a partir deste único critério (renda per capita menor de R\$ 28,00 mensais). 48% destas famílias residem em áreas urbanas e 52% em áreas rurais. 44,51% das famílias moram em cidades de pequeno porte I; 37,92 % em cidades de pequeno porte II; 9,65% em cidades de médio porte. Para cidades de grande porte e metrópole

CONSEA-MA – R.O.  
Ata 2025.08.12 – Pág. 5

sobram 7,92%. A maior parte são mulheres (51,5%) e 20,2% mulheres de Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE). 91,6% das mulheres são chefe de família. Dos homens, apenas 8,4%. Também foram apresentados dados sobre o número de pessoas por família (2.616 pessoas viviam sozinhoas; 9.501 estavam em famílias com duas pessoas; 189.130 pessoas viviam com 3 ou 4 pessoas; 173.856 de 5 ou 6 pessoas; 57.763 em grupo familiar com sete pessoas e 1.156 não tiveram sua composição de sua família revelada. Também as idades das pessoas beneficiadas foram informadas: a maioria, 138.697 tinham entre 7 e 15 anos de idade. O segundo grupo com mais indivíduos era o de 18 a 24 anos, com 68.642 pessoas. Do total de 431.024 beneficiadas, poucos tinham alguma deficiência (valor não quantificado no gráfico). A grande maioria não informou sua ocupação econômica, compreensível porque muitos beneficiários são menores de idade. Mas os dois grupos que se sobressaem são as pessoas que trabalham por conta própria ou que têm trabalho apenas temporário. 220.473 pessoas beneficiadas têm sua residência vinculada a rede geral de distribuição de água. 181.459 pessoas têm poço ou se abastecem em nascentes de água. 2.022 tiram água em cisternas e os demais têm outra forma ou não informaram o seu abastecimento de água. Também o destino das águas servidas foi levantado (a maioria sem informação ou utilizando fossa rudimentar). A grande maioria dispõe de energia elétrica, com (340.501) ou sem (59.977) medidor. Ainda há mais de 8.000 pessoas que tinham a iluminação com óleo, querosene, gás ou velas. Do total de 94.833 famílias, 25.191 (26,56%) tinham crianças entre 0 e 6 anos. A maioria das famílias estavam registradas no CadÚnico há mais de 10 anos. Até o presente momento foram entregues 1.248 cartões do Programa na área metropolitana nos dias 09 e 10 de maio, onde foram feitos 4.272 cadastros. E nos dias 12 a 17 de maio mais 444 cartões na mesma região. Os beneficiários foram contemplados com outros serviços como documentação pessoal, atualização de cadastros no CRAS e serviços de saúde. No dia 20 de maio já tinha 59 municípios adesos ao Programa. E mais 297 cartões foram entregues na SEDES no dia 16 de maio. O PPT historiza que "A Vallet envia as senhas de acesso ao sistema, mas quando acessávamos em 28/05, informações estavam bloqueadas". Para alcançar as metas propostas, algumas estratégias são utilizadas: Dividir o acompanhamento e monitoramento por regionais; Cada adjunto com a responsabilidade de: Instruir; Monitorar; Resolver os gargalos do processo; Reuniões semanais para avaliar as metas definidas com as equipes internas; Reuniões com municípios - divididas em regionais - para alinhar os trabalhos de auxiliar no processo operacional das ações de execução dos cadastros. A apresentação ainda avança no histórico. Até agosto, em mais de 70 municípios já tinham sido entregues cartões, num total de 40.000. Os beneficiários dos cartões têm seu cadastro realizado por biometria facial. O Programa se vê posto ainda diante de vários desafios: 1 Dificil operacionalização do sistema BEN+MA. 2 Busca ativa dos beneficiários Logística dos beneficiários; Perfil inadequado do beneficiário para o programa; Beneficiários fora do domicílio; Beneficiários com dados inconsistentes 3 Falta de infraestrutura dos CRAS Necessidade de cofinanciar Logística de entrega dos cartões MLF Benefícios eventuais 4 Falta de interoperabilidade entre os sistemas do MLF x Sistema SES. 5 Desenvolver estratégias que possam alcançar com eficácia o público do programa para o eixo da inclusão socioproductiva. 6 Logística de entrega dos cartões 7 Ações Integradas Saúde Proteção Social Inclusão Productiva. A SES já está realizando ações de saúde, das quais foram citadas: prótese dentária (Atual:30,22% estimativa final: 28.661); famílias com gestantes (Atual:3,37% e estimativa final 3.201); necessidade de óculos (Atual:61,88% e estimativa final: 58.688) Também houve demandas por capacitações: Após a apresentação e agradecendo o secretário Luís Carlos, o presidente abriu as inscrições para considerações e perguntas de conselheiras/os. Jean Marie, diante da demora de Edna de poder ligar o microfone, iniciou perguntando sobre a informação de que a maioria das pessoas estar em periferias urbanas e sem informação sobre sua ocupação produtiva. Mas os slides mostram que tem demandas. Em quais áreas estariam estas demandas.. Luís Carlis respondeu que o município de Serrano tem proporcionalmente o maior número de beneficiários do Bolsa Família do Brasil. Existe uma dificuldade muito grande de construir parcerias entre governos, entidades associativas e população. Parecem ser três atores que são vizinhos, e que não conseguem conversar para

CONSEA-MA – R.O.  
Ata 2025.08.12 – Pág. 6

encontrar as soluções. Ficou caro que governos não têm diagnósticos claros sobre seus territórios. Entidades mostram-se em geral mais preocupadas em defender suas posições políticas do que com suas ações produtivas. E a população se vê refém da pequena oferta de lide é feita pelos programas de benefícios que são oferecidos. Foi perdido a compreensão da vocação do território, garantir infraestrutura para isso, e ter representatividade que se possa somar neste processo. É preciso construir um ambiente que seja minimamente convergente para combater as vulnerabilidades constatadas na área rural. Esta constatação não apresenta nenhuma indicação que possa significar uma ruptura desta vulnerabilidade. O que o Programa Maranhão Livre da Fome traz para esta gente é que os cadastros mostram quem realmente precisa. Com a agenda do Programa, se proporciona que os municípios comecem a entender que o Bolsa Família não pode ser usado de forma criminosa para fins políticos. Para as áreas rurais de Serrano e dos outros 164 municípios com 57% da população em 65% do território maranhense, o governo precisa ter estratégias claras para promover a produtividade nestes territórios. Se trata de oportunidades que devem ser vistas com muita esperança. Mas com governos do estado e dos municípios juntos.

Edna iniciou elogiando o Programa por trazer perspectivas e esperança e quis ter mais detalhes sobre a inclusão produtiva, prevista na proposta do Programa. Não via até o presente momento, nenhum indício que isso estava acontecendo. Era importante as famílias terem oportunidades de trabalhar, para não ficar dependendo eternamente de programas sociais. Mas como o próprio PBF, que tinha também esta ideia e não consegue tirar as famílias desta dependência, o Maranhão Livre da Fome também parece não conseguir. A maioria das famílias vivem em situações precárias, como foi apresentado, sem renda, sem condições de saneamento. Estes projetos paliativos não mudam a realidade das famílias. A população rural continua sendo expulsa para ir para a cidade. Perguntou como as ações de inclusão produtiva estavam atingindo também áreas periféricas urbanas, onde existem muitas famílias em situações precárias e sem renda com condições oferecidas pelo governo, a Marcha das Margaridas está conseguindo resultados produtivos de muitas mulheres. Observou ainda, diante das ações de saúde, que os governos municipais recebem verbas para cuidar da saúde da população, mas não implementam ações. Márcia Cutrim inquietou-se e ponderou que muitas pessoas não querem sair dos programas e se acomodam. Têm às vezes condições de produzir na terra, mas não querem trabalhar. Queria saber como seria a fiscalização e monitoramento e o estímulo para os trabalhadores de produzir a sair dos programas assistenciais. Faltam condições e insumos para o trabalhador produzir. Nesse sentido, o PBF tem falhado. Como será a fiscalização no Maranhão Livre da Fome? Carlos Pereira comentou que se foram observar os cadastros das organizações da sociedade civil, a principal atividade das associações é a produção de alimentos. A maioria delas procuram por programas socioassistenciais, assistência técnica e apoio de infraestruturas e logística. Em muitos casos, os Estatutos mais antigos não mencionam a produção como principal ponto de atenção da entidade. Pelo IBGE, a maioria das pessoas apresentam a agricultura como sua principal atividade produtiva. Também a pesca, para associar-se a mais um benefício. Mesmo os governos municipais sabendo dos dados do IBGE sobre terem a sua população majoritariamente trabalhando na área rural, não têm Secretaria de Agricultura estruturada e se tem, ficam sem recursos. Não têm pessoal e às vezes é contratado o técnico da AGERP para por meio período de trabalho num município enorme, sem condições, para fazer de conta que tem uma política agrícola. A agricultura e produção de alimentos não é assumido como prioridade na grande maioria dos municípios do Estado. Luís Carlos colocou que o Programa estava ainda em construção, é recente e não tem como apresentar resultados imediatamente. Ainda não terminamos a primeira etapa do Programa, é preciso mais tempo para ter os resultados. O Programa nasce como uma política pública intersetorial, o que traz suas dificuldades. A política macro busca orientar os municípios, que costumam apenas discutir recursos financeiros e não a capacidade gerencial. Há muitos desafios a vencer. É preciso que aqueles que já alcançaram uma

CONSEA-MA – R.O.  
Ata 2025.08.12 – Pág. 7

renda, saiam da assistência. O objetivo do Programa Maranhão Livre da Fome é esse. E finalizou se colocando a disposição para num próximo momento apresentar outras etapas e os resultados da inclusão socioprodutiva. Finalizada esta apresentação, o presidente para anunciar a próxima apresentação. **4. PAA – PAA-Leite.** A palavra foi passada para Carlos David, que foi convidado para tratar do PAA-Leite no Maranhão. Um edital de contratação para credenciamento de associações e cooperativas (organizações fornecedoras de leite) e/ou Unidades de Beneficiamento de Leite e derivados para a realização de serviços de captação, beneficiamento e transporte de leite pasteurizado integral, oriundo da agricultura familiar no âmbito do PAA-Leite foi publicado com algumas mudanças no molde da contratação. Um Convênio anterior de nº 94/2021 foi celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Maranhão (SEDES). Este Convênio trata do preço do leite.. Este Convênio foi aditivado (94.91.94/2021) até março de 2025, mas depois o programa ficou parado durante um pequeno período, depois da última entregue pela Associação de Porto Franco. De março até este mês de agosto, o Programa passa por mudanças e deve ser retomado em breve. Neste período as associações e cooperativas são convidadas a fazerem seus cadastramentos. I último aditivo ao Convênio vai vigorar até março de 2026. Quatro laticínios no Estado são habilitados: a ATMPC (Associação de Trabalhadores e Moradores Manoel Pereira Costa – no Município de Bernardo do Mearim) já com a documentação em dias; e está sendo aguardada a documentação e as propostas da APRAPORTO (Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Porto Franco), da APLEC (Associação dos Produtres de Laeite de Codó) e da APPRTC (associação de Pequenos Produtores Rurais de Itapera e Comunidades Vizinhas no Município de Raposa). Esta última associação fornecerá leite caprino. Para este ano, o recurso disponível é de R\$ 14.541.179,21 (valor do convênio, já incorporados rendimentos do valor depositado). A execução de algumas propostas já pode ser iniciada neste mês de agosto. Serão atendidos 40 municípios. Para aquisição e beneficiamento do leite, estão disponíveis R\$ 8.826.308,81, sendo 1.951.880 litros de leite bovino e 8.800 litros de leite caprino. A contrapartida do Estado é de R\$ 1.765.261,36 e do Convênio R\$ 7.061.045,45. Ainda foram apresentados os valores destinados aos produtores dos leites, resp. bovino e caprino e os subsídios do Estado para produtores e laticínios. Estes subsídios fazem referência ao valor do litro de leite que será pago. Para o produtor do leite bovino será pago um valor de R\$ 2,84 por litro e para o laticínio R\$ 1,60. Em cima destes valores incidem os subsídios do Estado resp. de 0,26 e 024 centavos. O litro de leite caprino será adquirido por R\$ R\$ 3,51. Podem ser adquiridos 10.563 litros por produtos com CAF ou DAP ativo, com teto de R\$ 30.000,00 de teto por produtos. Foram listados os municípios que receberão o produto: 11 municípios da Associação de Bernardo do Mearim, 18 municípios receberão leite da APRAPORTO, 11 municípios serão atendidos pela APLEC e o leite caprino será entregue para o Banco de Alimentos e São Luís (50 litros por dia e 100 litros por mês). Quanto aos beneficiários foram apresentados os dados referentes ao ano anterior (2024) e as perspectivas para este ano: 10.00 famílias inscritas no CadÚnico, 85 produtores de leite e 365 entidades receptoras. Márcio parabenizou a SEDES pela volta do programa, que traz muitos benefícios para a população e perguntou se os produtores estavam aceitando os preços anunciados na apresentação, ao qual Carlos David respondeu positivamente. Houve realmente dificuldades em épocas anteriores, mas o preço do leite é até acima da média do leite pago em certas praças regionais. O preço pode variar dependendo da região. Quanto ao leite caprino, sua compra será iniciada agora e tem um valor agregado maior do que o leite bovino. Darlúcia quis saber se há também coleta de leite caprino. Carlos David respondeu que está em estudo uma primeira experiência em Paço de Lumiar, com uma compra ainda modesta e sua destinação para beneficiários que realmente tem necessidade dele por causa de algum problema de intolerância ou outro. Graça Araújo reafirmou que o programa fazia falta para muitas famílias e parabenizou a sua volta, **5. PAA-CONAB.** João Maria lembrou que foram solicitadas informações sobre o PAA-CONAB. Com frequência está sendo questionada a disponibilidade de orçamento para este Programa e o pagamento dos produtos. Edna agradeceu a presença de Cysne no evento da Marcha das Margaridas em Codó. Cysne recordou que a chamada pública da CONAB

CONSEA-MA – R.O.  
Ata 2025.08.12 – Pág. 8


iniciou no começo do ano (março/abril) e foi feita uma grande campanha no Estado. O Maranhão é hoje o segundo maior demandante do PAA-CONAB do Brasil, atrás apenas da Bahia, que é maior do que o Estado do Maranhão com número maior de municípios e de organizações com apoio maior de instituições e ONGs de assessoria, que o Maranhão não tem. Foram inscritos 513 projetos de associações e cooperativas. Foi anunciado no início do ano que estariam disponíveis 900 milhões de reais para o PAA-CONAB. Mas neste momento, a CONAB está recebendo 400 milhões do MDS. A demanda do Maranhão para os 513 projetos é de 143 milhões de reais. O Estado pode contar com uma sinalização de quase 30 milhões, suficientes para 170 projetos. CONAB já contatou 173 entidades para apresentar sua documentação básica e iniciar o pagamento. A partir do recebimento do aviso, as entidades têm 45 dias para enviar a documentação. Entidades que não atenderem a este prazo serão substituídas. Todas as entidades contatadas estão atendendo aos critérios dentro do ranqueamento. Os critérios foram definidos pelo Grupo Gestor do Programa, como número de mulheres, valor do projeto, produtos orgânicos, etc. Os projetos chamados agora foram aqueles de até R\$ 220.00,00. Os projetos maiores ficam para a segunda etapa. Diante de cobranças de municípios e organizações que não tiveram seus projetos chamados até agora, a resposta é de que o ranqueamento é feito em Brasília, a partir dos critérios técnicos já citados. Cysne afirmou que colocaria a lista dos 170 projetos com nomes das associações e valores aprovados no grupo de WhatsApp fo CONSEA. Também compartilharia no grupo todos os pagamentos realizados para poder monitorar e acompanhar a sua execução. Foi dado um prazo para as entidades informar a sua documentação, por ainda ter em restos a pagar projetos de 2024, que até hoje não entregaram sua documentação. Outra preocupação é a forma de como algumas prefeituras se apoderam dos projetos da CONAB, apresentando para a população de que é ela, Prefeitura, que conseguiu os recursos, enquanto estes são do governo federal. A prefeitura não está comprando os produtos, está recebendo e isso tem que ser esclarecido para a população. Concita, a título de contribuição, colocou que fez uma ampla divulgação para as 170 entidades citadas por Cysne. A CPCE e também o CONSEA, estavam preocupados com a disponibilidade de recursos. A CPCE enviou até uma carta para o MDS a respeito. Não só do PAA-CONAB, mas também do PAA do Ministério. São anunciados milhões, mas a preocupação trata da sua liberação. A exemplo de um município que acompanha, muitos gestores se aproveitam da distribuição dos alimentos dos PAA sem citar as valiosas contribuições das entidades produtoras, sem as quais o programa não funciona. Não citam que são recursos federais. E têm muitas dificuldades na execução dos programas. Disse que falou no município enquanto conselheiro estadual, inclusive sobre produtos que em Pindoba não seriam aceitos por sua má qualidade. Depois, ajeitaram. Produtos ficaram top de linha. Infelizmente, o CONSEA não tem pernas de fazer isso em todas as entidades. Ficou satisfeita com a apresentação de Cysne e o assunto aparece em diversas conferências, Cysne respondeu que a CONAB pode officiar as entidades e os municípios de que o CONSEA é o órgão de monitoramento do PAA-CONAB, com livre acesso a todas as informações e à verificação da execução dos projetos. Márcia concordou que seria uma força para o CONSEA. Luana confirmou os desafios enfrentados na hora da entrega dos alimentos. Os secretários do município distribuem os alimentos nas comunidades, fazem vídeos, mas não citam em nenhum momento as entidades e produtores, como se fossem eles que estavam fornecendo e não o programa federal. Atualmente, além dos vídeos dos gestores, as comunidades e conselheiros fazem os seus próprios vídeos, onde é colocado o programa. Estes vídeos são publicadas em redes sociais. A única contribuição da gestão é o transporte. **6 – Atividades do CONSEA em agosto.** Jean Marie apresentou a agenda de atividades previstas para os próximos meses. Graça irá representar o CONSEA na oficina de Cozinha SI-olidária da Ação da Cidadania, que acontece no Centro Cultural da VALE no REVIVER. No dia 14 de agosto: plenária do Fórum interconselhos (virtual) e reunião virtual do FMSAN. 15/08 à tarde: encontro virtual sobre permanência no SISAN. 18-19 de agosto oficina sobre AUP em Imperatriz e 20 a 22 de agosto monitoramento em Estreito e Lajeado Novo. A equipe já está confirmada (Graça e Arivaldo). 26 de agosto: marcada reunião com a CPCM virtual. 09 de setembro: reunião presencial CONSEA. 15=20/09 – monitoramento. 23 e 24 de setembro: oficinas sobre permanência no SISAN (dois


CONSEA-MA – R.O.

Ata 2025.08.12 – Pág. 9

grupos de municípios). 14 de outubro – reunião ordinária do CÔNSEA. 15 de outubro – Encontro do FMSAN. 20 a 24 de outubro: monitoramento. 04 e 05 de novembro: VI CESAN +4. 11 de novembro – reunião ordinária do CONSEA. **7. Encaminhamentos da VI+4 CESAN.** Luís Fernando informou que o processo estava em apreciação na SEMAG e que João Maria conseguiu dar agilidade a sua liberação. O processo de licitação iria iniciar a partir deste momento. **8. Apreciação de afesões de municípios.** João Maria apresentou em seguida o relatório da Comissão de SISA do dia 08 de agosto, pelo menos os município que tiveram sua documentação para adesão apresentada. Com o parecer favorável da Comissão, a adesão dos municípios de Carolina, São José dos Basílios, Riachão, São Domingos do Azeitão, Central do Maranhão, Icatu e Brejo foi aprovada por unanimidade. Na reunião ainda foi tratada da plataforma de adesão e de permanência, dos Planos Municipais e da Conferência estadual. **9. Apreciação da ata do mês de julho.** A ata foi encaminhada para os conselheiros já há cerca de 10 dias. Não foram recebidas propostas de alteração, correção ou inclusão. Posta em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. Às 17.30 h, o presidente deu por encerrada a reunião e eu, Jean Marie Van Damme, lavrei a presente ata, que deve ser lida, emendada pelos conselheiros/as participantes e apreciada na próxima reunião do CONSEA. São Luís; 12 de agosto de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
Jean Marie Van Damme  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Maria da Conceição de Almeida Ferreira Patrício  
Secretária Geral

  
\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando Amorim  
Secretário Executivo

CONSEA-MA – R.O.  
Ata 2025.08.12 – Pág. 10